

MORATÓRIA DA SOJA: Avanços e Próximos Passos

- ***Criação e Estruturação da Moratória da Soja***
- ***Realizações da Moratória da Soja***
- ***A Prorrogação da Moratória - Ações Prioritárias***

Relatório Apresentado pelo Grupo de Trabalho da Soja - GTS ao Exmo Sr. Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc Baumfeld.

30 de setembro de 2008

MORATÓRIA DA SOJA: Avanços e Próximos Passos

Grupo de Trabalho da Soja - GTS

Criação e Estruturação da Moratória da Soja

A Moratória da Soja no bioma Amazônia foi lançada em 24 de julho de 2006 pela ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais) e ANEC (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais) que representando suas empresas associadas, assumiram o compromisso de implementar um programa de governança, cujo objetivo é não comercializar, pelo período de dois anos, soja produzida em áreas desmatadas a partir de julho de 2006, no bioma Amazônia.

Esta iniciativa inédita buscou frear o desmatamento relacionado à expansão da soja no bioma, conciliando a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico, através do uso sustentável dos recursos naturais. Durante este período, o setor se comprometeu a trabalhar em conjunto com órgãos governamentais, entidades do setor produtivo e sociedade civil para:

1. Elaborar e implementar um sistema de mapeamento e monitoramento dos avanços do desmatamento relacionados à produção de soja no bioma com base em material cartográfico disponibilizado pelo Governo Federal.

2. Aprimoramento das relações institucionais e legislação para melhorar o controle do desmatamento e desenvolvimento da produção de soja no bioma Amazônia, colaborando e cobrando do Governo a aplicação de políticas públicas e o cumprimento das leis.

As empresas incorporaram ainda em seus contratos de compra de soja, cláusula específica prevendo rompimento em caso de constatação de trabalho análogo ao escravo, definido nos termos do Pacto Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.

Em outubro de 2006, após a declaração da Moratória e para dar andamento a mesma, os setores empresarial e sociedade civil formaram o Grupo de Trabalho da Soja (GTS). O GTS é uma esfera estratégica de tomada de decisões e coordenação das ações desenvolvidas e está organizado em um Grupo de Coordenação e subgrupos temáticos.

O Grupo de Coordenação, composto por representantes do setor da soja (ABIOVE, ADM, ANEC, Amaggi, Bunge, e Cargill) e representantes da sociedade civil (Greenpeace, Conservação Internacional, IPAM, The Nature Conservancy e WWF – Brasil) tem como missão definir o modelo operacional da Moratória. Nesse grupo é estabelecida a agenda de trabalho, são tomadas decisões estratégicas e coordenadas as ações desenvolvidas pelos subgrupos:

1 - EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO E CÓDIGO FLORESTAL:

Responsável por disseminar a adoção de boas práticas para a produção de soja no bioma. Esse subgrupo trabalha para que as ações geradas pela Moratória cheguem até o produtor rural e demais agentes econômicos, sociais e políticos envolvidos, principalmente aqueles de relevância local, contribuindo para que o agronegócio tenha o devido equilíbrio entre as necessidades econômicas e socioambientais, assegurando o cumprimento da legislação.

2 - RELAÇÕES INSTITUCIONAIS:

Tem a missão de aproximar o GTS dos membros de órgãos governamentais para aprimorar as políticas de desenvolvimento sustentável para o bioma Amazônia, e estimular o aperfeiçoamento da legislação para melhorar os mecanismos de comando e controle na região.

3 - MAPEAMENTO E MONITORAMENTO:

Responsável por apoiar o desenvolvimento do sistema de mapeamento e monitoramento no bioma Amazônia, definindo os métodos e critérios necessários para assegurar o compromisso de não comercialização da soja oriunda de áreas desmatadas.

Realizações da Moratória da Soja

Os principais resultados alcançados nos dois primeiros anos de trabalho foram:

1. Construção de um sólido espaço de diálogo entre os setores empresarial, sociedade civil e governo, todos integrados com o objetivo de contribuir para o aprimoramento das políticas de desenvolvimento sustentável e aperfeiçoamento das ferramentas de comando e controle.

2. Elaboração e distribuição pelo GTS de uma cartilha, destinada aos produtores rurais, com orientações sobre melhores práticas e esclarecimentos sobre a Moratória da Soja. Esse material educativo teve como objetivo encorajar o cumprimento da legislação ambiental, em especial o Código Florestal Brasileiro.

3. Definição e implementação de um sistema de mapeamento e monitoramento da Moratória, com a base nos dados do sistema PRODES/INPE, para identificar áreas desmatadas no bioma Amazônia e ocorrência de plantios de soja. De acordo com a metodologia definida pelo Subgrupo de Mapeamento e Monitoramento, os critérios para seleção destes polígonos foram: a) polígonos¹ superiores a 100 hectares; b) fora de áreas protegidas; c) localizados em municípios que na safra de 2006 e na projeção de safra 2007/08, apresentaram áreas de plantios de soja superiores a 5.000 hectares e d) total ou parcialmente dentro dos limites no bioma Amazônia. Também foi realizado um levantamento piloto dos polígonos desmatados com menos de 100 hectares nos municípios de Feliz Natal, União do Sul e Vera, em Mato Grosso.

A execução do monitoramento em campo ficou a cargo da Globalsat Monitoramento Agrícola, empresa contratada pela ABIOVE, em consenso com o subgrupo de Mapeamento e Monitoramento. Os recursos utilizados pela Globalsat para a execução das atividades foram softwares de Sistema de Informação Geográfica, imagens de satélites georreferenciadas, bases cartográficas de órgãos oficiais, aeronave com sistema de fotografia aérea digital e equipamentos de GPS.

¹Dados identificados através das imagens de satélite do PRODES/INPE, disponibilizadas para o período de agosto de 2006 a agosto de 2007.

Durante o trabalho de campo, que contemplou visitas por terra às propriedades e também 107 horas de vôo, foram monitorados, nos estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia, um total de 193 polígonos desflorestados com áreas superiores a 100 hectares localizados em 37 municípios. Para o levantamento piloto foram identificados 89 polígonos com desflorestamento em áreas inferiores a 100 hectares. Todos os polígonos desflorestados no bioma Amazônia foram caracterizados de acordo com seu uso e ocupação atual do solo.

Não foram encontrados plantios de soja nos polígonos verificados e constatou - se que a metodologia e recursos utilizados foram adequados e satisfatórios no primeiro ano da Moratória para o mapeamento e monitoramento da Soja. Todavia os sobrevôos regulares do Greenpeace evidenciaram desmatamento em fazendas de soja, os quais poderão, em um futuro próximo, ser ocupados com essa cultura-

4. Organização em outubro de 2007, em conjunto com a Casa Civil, de um workshop sobre o sistema de licenciamento ambiental da propriedade e regularização fundiária.

5. Reforço do repúdio do setor empresarial ao trabalho análogo ao escravo, com a incorporação de cláusula específica de rompimento dos contratos de compra de matéria prima, quando for constatado algum caso através da lista “suja” do Ministério do Trabalho.

A Prorrogação da Moratória – Ações Prioritárias

A Moratória da soja representou um avanço tanto pelo reconhecimento, por parte do setor produtivo, dos impactos causados pelo cultivo da soja sobre o bioma Amazônia quanto por abrir um espaço de negociação, articulação e busca de soluções adequadas para sua proteção. A adoção da Moratória e sua posterior extensão indicam que o setor do agronegócio considera possível garantir a produção de alimentos sem que seja necessário desmatar mais áreas de floresta amazônica.

A Moratória está alinhada às estratégias de combate ao desmatamento propostas pelo Governo Federal e, para o seu sucesso é crucial que ambos os setores, produtivo e governamental, em particular o Ministério do Meio Ambiente, apóiem sua execução, principalmente no que diz respeito a:

1. *Mapa do bioma Amazônia.* É necessário assegurar, em caráter de urgência, que o IBGE disponibilize o mapa do bioma Amazônia na escala 1:250.000 para o monitoramento das propriedades rurais nele inseridos. Na ausência de tais informações, o monitoramento continuará usando a linha seca do mapa do bioma Amazônia em escala 1:5.000.000 como referência, cobrindo parte dos reais limites do bioma e excluindo áreas potenciais de alta biodiversidade como os ecótonos, transições entre diferentes biomas.

2. *Cadastro e licenciamento ambiental das propriedades rurais.* A promoção e apoio à implementação do cadastro das propriedades rurais é uma responsabilidade que deve ser partilhada pelo setor da soja e pelos governos estaduais e federal. Ao governo, solicita-se o urgente aparelhamento e capacitação dos órgãos estaduais de meio ambiente para que o cadastro das propriedades, nos moldes de alguns dos sistemas já em operação no estado do Mato Grosso (SLAPR) e Pará (SIMLAM), seja feito prioritariamente nas regiões produtoras de soja, conforme compromisso assinado pelo MMA constante do documento de extensão da

Moratória. Por outro lado, caberá às empresas apoiarem e fortalecerem essa iniciativa, impulsionando o cadastramento de seus fornecedores.

O fortalecimento dos sistemas de licenciamento ambiental nos estados é fundamental para assegurar que o cultivo de soja no bioma Amazônia atenda à legislação vigente, em particular ao código florestal e à legislação fundiária-

No monitoramento da safra 2007/2008 não foram encontrados plantios de soja em áreas desmatadas após julho de 2006, no entanto, as chances de que ocorram plantios na safra 2008/2009 são grandes e, desta forma, a identificação desses produtores será fundamental para que sejam segregados na comercialização.

Da mesma forma, a cada ano, o monitoramento deverá incluir tanto os novos polígonos desmatados na safra atual quanto os polígonos monitorados na safra anterior, sendo assim, a inclusão das propriedades nos sistemas de cadastro facilitará o monitoramento que de outra forma se tornará inviável no longo prazo.

Em sua última reunião, realizada no último dia 08 de agosto, o GTS definiu como prioridade impulsionar o cadastramento dos produtores de soja que operam no bioma Amazônia. Neste sentido, as empresas compradoras divulgarão junto aos produtores a necessidade de ampliação do cadastro ambiental, através de produção de material educativo, campanhas de esclarecimento e solicitação de cadastramento ambiental dos fornecedores pré-financiados para garantir maior eficiência do monitoramento da Moratória.

3. *Ampliação do sistema de monitoramento.* O monitoramento da safra 2007/2008 foi um modelo experimental que deverá, para a safra 2008/2009, ser rediscutido e melhorado. Inicialmente, o modelo operacional de monitoramento deverá incluir uma metodologia, a ser estabelecida pelo setor da soja, que permita assegurar que a produção oriunda de áreas desmatadas não será comercializada pelas empresas participantes da Moratória

4. *Criação de incentivos econômicos.* Iniciativas que objetivem remunerar os produtores rurais pelos serviços ambientais prestados são necessárias para estimular as boas práticas e garantir a sustentabilidade econômica e ambiental de suas atividades. O Governo Federal, a exemplo do recém criado Fundo Amazônia, tem um papel fundamental neste processo.